

**Proeja no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Campo Grande:
o curso técnico integrado em manutenção e suporte em informática
(2010-2013)**

Vanir Garcia
Jefferson Carriello do Carmo

Resumo: Este artigo analisa a implantação e condução do Curso Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática na modalidade Proeja no campus Campo Grande (2010-2013). Essa análise pauta nos documentos produzidos pelo IFMS do curso de Manutenção e Suporte em Informática na modalidade Proeja e nas políticas públicas educacionais que orientaram a implantação do Proeja em nível nacional. Por meio do exame de fontes documentais e bibliográficas e da análise da condução do curso, podemos afirmar que houve uma fragilidade do Proeja no campus Campo Grande, quando confrontado com os documentos produzidos para o curso.

Palavras-chave: Políticas de educação profissional. Proeja. Ensino médio integrado.

**Proeja in IFMS – Campus Campo Grande: the Course on Informatics
Support and Maintenance (2010-2013)**

Abstract: This paper analyzes the implementation and conduction of the Technical Integrated Course in Maintenance and Support in Informatics in Proeja mode at Campo Grande campus of IFMS (2010-2013). This analysis is based on the documents of the Technical Integrated Course in Maintenance and Support in Informatics that were produced by IFMS and on the educational public policies that have guided the implementation of Proeja nationwide. Through the examination of the documental and bibliographic sources and the analysis of the conduction of the course, we could state that there were some fragilities in the process of Proeja implementation at Campo Grande campus, when we compared it with the documents produced for the course.

Keywords: Professional education politics. Proeja. High school and professional.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a implantação e condução do Curso Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática na modalidade Proeja no campus Campo Grande, que teve uma turma com início em 2010 e término em 2013. Essa análise foi realizada a partir dos documentos produzidos pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - IFMS e como esses documentos indicaram a condução do curso de Manutenção e Suporte em Informática na modalidade Proeja e nas políticas públicas educacionais que orientaram a implantação do Proeja em nível nacional. A pesquisa mostrou que houve uma fragilidade quanto à sua eficiência quando observado à luz dos objetivos de curso, no campus Campo Grande, por meio, dos documentos analisados.

Mato Grosso do Sul

Na década de 1970, a região sul do estado de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, passou a ocupar lugar de destaque dentro das políticas dos governos federal e estadual como região estratégica para a contribuição no crescimento do PIB da região. As estratégias do governo federal foram inserir inúmeros planos e programas voltados para o seu desenvolvimento levando a uma progressiva modificação na sua base econômica (CARMO, 2013).

Tais alterações começaram a ser visíveis com a divisão do Estado de Mato Grosso, no ano de 1977. Duas razões essenciais foram invocadas pelo governo federal para justificar o desmembramento: o fato de o Estado do Mato Grosso ter uma área grande para comportar uma administração eficaz e a diferenciação ecológica entre as duas áreas. O estado conta, atualmente, com 78 municípios e possui uma superfície de 358.159 km²; faz divisa ao norte com o Mato Grosso seguindo os limites naturais da região, que é formada por diversos rios; limita-se a Oeste com a Bolívia e Paraguai, ao Sul com o Paraguai e o Paraná e a Leste com São Paulo, Minas Gerais e Goiás (MATO GROSSO DO SUL, 2014). Segundo Tominaga (2013), o desmembramento, em 1977, resultou em mudanças no comportamento dos setores econômicos do espaço sul-mato-grossense, que passou a demandar e incorporar novas técnicas e práticas de trabalho no campo e na cidade, com o surgimento de empresas de revenda de máquinas e implementos agrícolas, automóveis, ampliação da rede bancária e surgimento de novas profissões

e profissionais. Nos anos de 1990 ocorreu no Estado um processo de intensificação industrial em decorrência de um movimento de interiorização industrial, que se fez mais nítido, a partir da década de 1980.

Com a Lei nº 3.839, de 28 de dezembro de 2009, foi instituído o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul (ZEE/MS), através do qual foi possível conhecer as áreas nas quais se concentram as atividades econômicas do Estado. De acordo com o referido documento, as áreas foram classificadas em cinco regiões, denominadas de Eixos Econômicos. O primeiro Eixo é o do “Desenvolvimento do Agronegócio”, situado na região norte do Estado. O segundo é o “Eixo de Desenvolvimento da Energia”, que tem início em Costa Rica e, através do traçado da Rodovia MS 426, estende-se até a cidade de Nova Andradina. O terceiro Eixo é o do “Desenvolvimento e de Integração Fronteira Sul”. O quarto eixo é o do “Desenvolvimento da Indústria”. O quinto é o do “Desenvolvimento do Turismo”, situado no sudoeste de Mato Grosso do Sul. Observa-se que os *campi* do IFMS estão localizados nos municípios polo desses eixos: Campo Grande, Três Lagoas, Corumbá, Aquidauana, Coxim, Ponta Porã, Dourados, Naviraí, Nova Andradina e Jardim.

Campo Grande

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, após a Guerra com o Paraguai intensifica-se a migração para o Sul de Mato Grosso (IBGE, 2010). A localização de Campo Grande atendia aos objetivos econômicos e estratégicos da Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. A ferrovia favorece a transferência do eixo econômico Cuiabá e Corumbá, através do rio Paraguai, para Campo Grande e São Paulo. Simultaneamente à regularização das viagens ferroviárias, o governo federal, em 1921, através do Ministério da Guerra, transfere de Corumbá para Campo Grande o comando da Circunscrição Militar.

A evolução populacional de Campo Grande em relação ao estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil é dado pela Tabela 1, onde se observa um crescimento populacional da cidade de aproximadamente 50% em 20 anos, enquanto no estado o crescimento foi de 37,56%. No Brasil, foi de 29,92%.

Tabela 1 - Evolução populacional do Brasil, de Mato Grosso do Sul e de Campo Grande

Evolução Populacional			
Ano	Campo Grande	Mato Grosso do Sul	Brasil
1991	526.126	1.780.373	146.825.475
1996	596.331	1.907.853	156.032.944
2000	663.621	2.078.001	169.799.170
2007	724.524	2.265.274	183.987.291
2010	786.797	2.449.024	190.755.799

Fonte: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Evolução populacional**. 2010. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/Q7Y>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

A Tabela 2 mostra que a população do estado de Mato Grosso do Sul é predominantemente de jovens e adultos (76,23%) e em Campo Grande esse índice é de 78,54%.

Tabela 2 - Pirâmide etária de Mato Grosso do Sul e Campo Grande

Idade	Campo Grande	Mato Grosso do Sul
0 a 14 anos	166.321	572.812
15 anos ou mais	608.777	1.837.311
Total	775.098	2.410.123

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Evolução populacional**. 2010. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/Q7Y>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

Segundo Heradão (2013), o município de Campo Grande está dividido em sete regiões urbanas com a finalidade de facilitar a administração, os nomes dessas regiões referem-se aos córregos que cortam suas áreas: Segredo, Prosa, Bandeira, Anhanduizinho, Lagoa e Imbirussu. Cada região contém um determinado número de bairros que se identificam por suas condições de trabalho, circulação, recreação, moradia e relação de cooperação nas atividades e vizinhança.

De acordo com dados do Instituto Municipal de Planejamento Urbano, a participação da população do município de Campo Grande, em relação à do estado de Mato Grosso do Sul é bem elevada, chegando em 2010 a 32%, ou seja, para cada 100 habitantes do estado, aproximadamente 32 residem na capital (CAMPO GRANDE, 2013). Conforme censo demográfico realizado em 2010 pelo IBGE, é a cidade mais populosa do Estado, com 786.797 habitantes.

O documento *Perfil Socioeconômico de Campo Grande* (ano) assinala que o município de Campo Grande, em relação ao setor terciário, já despontava como polo de desenvolvimento antes mesmo da divisão do Estado de Mato Grosso do Sul em 1977, em “1950, o município já se destacava, uma vez que concentrava 16,3% do total das empresas comerciais do estado. Em 2012, esta participação passou a ser de 38,71%” (CAMPO GRANDE, 2013, p. 130).

Carmo (2012, p. 1893), analisando os investimentos do governo estadual no município de Campo Grande, argumenta que,

É notável que os investimentos, por parte do governo sul-mato-grossense, no âmbito municipal juntamente com suas parcerias com as agências privadas, são visíveis quando observadas pela via do desenvolvimento e crescimento econômico industrial. Os investimentos revelam um novo perfil econômico, no município no setor secundário e terciário proporcionando novas formas de trabalho e produção, cuja consequência é visível, não só na esfera do desenvolvimento econômico, mas também nas formas que tem sido organizada a educação para o trabalho na capital.

Diante deste contexto é iniciada a implantação dos *campi* do IFMS no estado, sendo um deles em na urbe Campo Grande. Os cursos a serem ministrados no instituto foram definidos em conjunto com as prefeituras e o setor produtivo da cidade e região ao redor da mesma. Em Campo Grande foram definidos os cursos técnicos integrados em eletrotécnica, mecânica e informática.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Do Sul

A discussão em relação às reformas educacionais dos anos 90 viabilizaram a criação dos Institutos Federais. Pacheco (2011) enfatiza que a criação dos IFs deu-se após um desmantelamento da educação, que quase a inviabilizou, pois a educação havia sido atingida pelas políticas neoliberais, perdendo suas referências.

De acordo com o art. 2º da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com forte inserção na área de pesquisa aplicada e na extensão, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. Possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-

pedagógica e disciplinar, com estrutura de organização e funcionamento semelhantes (BRASIL, 2008).

O IFMS faz parte do programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do MEC. Em 25 de Outubro de 2007 foi sancionada a Lei nº 11.534, que dispõe sobre a criação das escolas técnicas e agrotécnicas federais. A partir desta lei, foi instituída a Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul, com sede na capital Campo Grande, e a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina, que fazia parte do Projeto de Expansão da Rede Federal (PROEP) em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

As duas unidades a serem implantadas na urbe de Campo Grande passam a ser denominadas *campus* Campo Grande e *campus* Nova Andradina e fizeram parte da primeira etapa da constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. Na segunda etapa, o novo projeto da rede federal incluiu ainda a implantação de outros cinco *campi* nos municípios de Aquidauana, Coxim, Corumbá, Ponta Porã e Três Lagoas, consolidando o caráter regional de atuação. Na terceira fase de expansão da Rede Federal, estão sendo implantadas mais três unidades: em Dourados, Jardim e Naviraí.

O *campus* Campo Grande

No projeto do *campus* Campo Grande previa-se que cinco blocos estariam prontos em setembro do ano de 2010. Como houve atraso nas obras surgiu a necessidade de uma solução alternativa e, por isso, as atividades iniciaram-se em um prédio alugado, na Avenida Julio de Castilho, 4960, no bairro Jardim Panamá.

Na modalidade Proeja, o *campus* Campo Grande iniciou com a oferta de 40 vagas, em 2011, para o Curso Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática.

Segundo a Secretaria de estado de Educação, no IFMS - *campus* Campo Grande, em 2012 havia 10 alunos matriculados no Proeja; no *campus* Corumbá: 40; no *campus* Coxim: 40; no *campus* Nova Andradina: 19; no *campus* Ponta Porã: 10 e no *campus* Três Lagoas: 40; na rede estadual de Mato Grosso do Sul, somente duas escolas possuem cursos na modalidade Proeja, o Centro de Educação Profissional Ezequiel Ferreira Lima, com 67 alunos e a Escola Estadual Padre João Greiner, com cinco alunos. Na rede municipal não há oferta de cursos na modalidade Proeja (MATO GROSSO DO SUL, 2012).

De acordo com dados do IBGE em 2007, dentre os motivos para a não conclusão do curso de Educação de Jovens e Adultos apontados por aquelas pessoas que frequentavam anteriormente, os principais eram: o horário das aulas não era compatível com o horário de trabalho ou de procurar trabalho; o horário das aulas não era compatível com o horário dos afazeres domésticos; dificuldade de acompanhar o curso; não havia curso próximo à residência ou ao local de trabalho; não tiveram interesse em fazer o curso; não conseguiram vaga. Esses dados nos deram uma direção para pesquisarmos sobre o Proeja, haja vista, que esse programa visa atender a população de jovens e adultos que não concluíram o ensino médio na idade correta, e, investigando sua implantação no IFMS - *Campus* Campo Grande, podemos vislumbrar melhores chances de permanência e conclusão para os alunos dessa modalidade de ensino, no lócus da pesquisa (BRASIL, 2008).

Em Mato Grosso do Sul, segundo a Secretaria de Educação (SED-MS), são ofertados Cursos Técnicos de Nível Médio integrados com a escolarização para jovens e adultos em parceria com o Governo Federal, destinados aos egressos do Ensino Fundamental que não possuem o Ensino Médio e que desejam, ainda, tornarem-se técnicos. Os cursos do Proeja implantados no Estado estão localizados em duas escolas de Campo Grande, conforme a figura 1.

Figura 1 - Cursos técnicos Proeja no estado do Mato Grosso do Sul

Município	Escolas Estaduais	Telefones	Cursos	Forma de oferta
Campo Grande	Centro de Educação Profissional Ezequiel Ferreira Lima	(67) 3341-0220	Eletrônica	Integrado ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e adultos
			Eventos	Integrado ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e adultos
	EE de Ed. Básica e Ed. Profissional Padre João Greiner	(67) 3314-1262	Comércio	Integrado ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e adultos

Fonte: Disponível em: <<http://www.sed.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=&show=4165>>. Acesso em: 09 maio 2014.

Os Institutos Federais têm obrigatoriedade de ofertar cursos na modalidade Proeja (Decreto nº 5.840/2006). O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) oferece oito cursos técnicos integrados de nível médio, além de um curso na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja), voltado a estudantes com 18 anos ou mais.

Em nível nacional, o Proeja teve, inicialmente, como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Antes da criação do Proeja, algumas instituições da Rede Federal já desenvolviam experiências de educação profissional com jovens e adultos. (BRASIL, 2007).

Na prática, há um distanciamento entre as políticas propostas pela união e o público a ser atingido pelo Proeja através da implantação de cursos nessa modalidade. Ao se observar as primeiras relações preconizadas nos documentos produzidos pelo IFMS para a condução do curso MSI e as políticas públicas educacionais que orientaram a implantação do Proeja em nível nacional, esse distanciamento fica mais latente, pois os documentos do IF não contemplam adequadamente as determinações legais.

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Em 2009, com o objetivo de direcionar as atividades do IFMS, tornou-se público seu planejamento e demonstrou de que forma pretendia atingir seus objetivos no período de 2010 a 2014, através da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Em fevereiro de 2011, os sete *campi* do IFMS entraram em funcionamento com a oferta de cursos técnicos e cursos superiores (BRASIL, 2009).

O PDI traz o perfil institucional do IFMS, caracterizando as regiões onde os *campi* serão construídos, o cronograma de implantação dos cursos iniciais, previsão do número de alunos e de servidores, as finalidades e características do IFMS, o planejamento da gestão, aspectos da infraestrutura física e aspectos financeiros e orçamentários.

A menção ao Proeja é feita uma única vez, prevendo o quantitativo de alunos para o *campus* Nova Andradina: 160 em 2010; 320 em 2011; 480 em 2012; 640 em 2013 e 640 em 2014. Relacionado ao público EJA, em todo o texto do PDI há três menções: na página 13, em que trata da inserção regional do IFMS; na página 51, em que trata das áreas de atuação acadêmica e na página 52, em que trata das políticas de ensino.

Sobre área de atuação acadêmica do Instituto Federal, relacionada à EJA, traz o seguinte pressuposto: “[...] ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para jovens e adultos” (BRASIL, 2009, p. 49).

E, como última referência à EJA, diz: “[...] a formação inicial e continuada, a educação de jovens e adultos.” (BRASIL, 2009, p. 51).

Por meio do PDI o IFMS, atendem-se às exigências da legislação quanto à oferta do Proeja, foi lançado o primeiro edital de seleção de alunos para o *campus* Nova Andradina, até então o único que estava em funcionamento, o Edital 01/2009, o curso a ser oferecido, na modalidade Proeja, com 40 vagas para o primeiro semestre de 2010 e 40 vagas para o segundo semestre de 2010 foi para o Curso Técnico em Informática. Após essa seleção, em todos os *campi*, o curso que passou a ser oferecido na modalidade Proeja foi o de Manutenção e Suporte em Informática. Para essa turma inicial, assim como para todas as demais turmas abertas nos *campi* do IFMS, o horário de funcionamento do curso foi no período noturno.

Através do Edital 12/10 - Exame de Seleção - IFMS ofertou cursos nos *campi* Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas, destinados à classificação dos candidatos ao preenchimento das vagas oferecidas para o 1º período nas modalidades de ensino integrado e na modalidade Proeja. O quadro de vagas disponível para o Proeja, para o ano de 2011, contemplou todos os *campi* do IFMS.

Em 2010, através do Edital 01/2009, foram ofertadas no *campus* Nova Andradina, 40 vagas para o primeiro semestre e 40 vagas para o segundo semestre. Devido ao baixo número de vagas preenchidas no *campus* Nova Andradina, foi publicado o Edital 08/2010 com a oferta de mais 10 vagas.

Para o primeiro semestre letivo de 2012, através do Edital 008/2011- PROEN/IFMS foram ofertadas 40 vagas em cada um dos seguintes *campi*: Corumbá, Três Lagoas e Coxim. Em Três Lagoas, devido ao baixo índice de inscritos, foi publicado o Processo Complementar Classificatório através do Edital 005/2012 - PROEN/IFMS.

No primeiro semestre de 2013 foram ofertadas, através do Edital 009/2012 - PROEN/IFMS, 40 vagas no *campus* Coxim e 40 vagas no *campus* Ponta Porã, e através do Edital 007/2013 - PROEN/IFMS, foram disponibilizadas 28 vagas para o *campus* Coxim e 39 vagas para Ponta Porã.

No Edital 018/2013 - PROEN/IFMS, que prevê a quantidade de alunos e as modalidades de ensino técnico que os *campi* iriam ofertar no primeiro semestre de 2014, não houve a abertura de turmas na modalidade Proeja em nenhum dos *campi* do IFMS.

O público a ser atendido pelo Proeja caracteriza-se por pertencer a uma população com faixa etária adiantada em relação ao nível de ensino demandado, compondo a chamada distorção idade-série. No caso do curso que compõe o campo empírico da pesquisa proposta, em janeiro de 2013, restavam quatro alunos frequentando regularmente o curso no *campus* Campo Grande.

Essa constatação vem ao encontro da afirmação de Maraschin (2012, p. 1), “[...] é preciso olhar para os projetos pedagógicos dos cursos para verificar se eles estão dando conta da proposta social e inclusiva que o programa se propõe”.

O Proeja tem o objetivo de integrar modalidades de ensino e sobre isso Maraschin (2012, p. 3) afirma que “por isso, é necessário estabelecer a relação entre educação profissional, ensino médio e EJA, pensando a intervenção pedagógica para esta modalidade, sempre tendo em vista a compreensão/inserção no mundo do trabalho”.

Maraschin (2012) complementa que o grande desafio dessa política é a construção de uma identidade própria para novos espaços educativos, inclusive de uma escola de/para jovens e adultos. Em função das especificidades dos sujeitos da EJA (jovens, adultos, terceira idade, trabalhadores, população do campo, mulheres, negros, pessoas com necessidades educacionais especiais, dentre outros), é necessário superar estruturas rígidas de tempo e espaço presentes na escola.

Segundo Carvalho e Bohn (2013, p. 15), “os enunciados dos documentos oficiais traduzem sentidos ideológicos dos contextos sociais sobre o Proeja e designam papéis aos sujeitos”.

Para Santos (2010, p. 126), o “Proeja traz, para dentro da escola, trabalhadores concretos, com suas demandas concretas” e a escola precisa abrir em horários diferenciados para permitir o acesso desses alunos aos ambientes internos como biblioteca e secretaria. A escola precisa reconhecer as condições desse trabalhador-aluno, estabelecer acordo com seus empregadores para viabilizar o tempo necessário para o trabalhador acompanhar os conteúdos.

Entendemos que, pela dificuldade de compatibilização entre horário de estudo e de trabalho, é importante que a escola tenha essa flexibilidade de horários.

Para o início das atividades foi elaborado, então, o Projeto do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Manutenção e Suporte em Informática - Modalidade Proeja (PCMSI) por uma comissão formada por três professores mestres, dois com formação em Ciência da Computação e um formado em Informática-Sistemas de Informação.

Projeto do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Manutenção e Suporte em Informática - Modalidade Proeja (PCMSI)

Analisando o PCMSI, no que diz respeito ao curso em questão, observa-se uma preocupação com uma formação aligeirada, voltada para atender às demandas do ideário do mercado e do capital. Este documento está ancorado na Resolução CNE/CE nº 04/99, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Segundo a instituição, caracteriza um novo modelo curricular, que: [...] “privilegia as exigências do mundo do trabalho cada vez mais competitivo e mutante, no sentido de oferecer à sociedade uma formação profissional compatível com os ciclos tecnológicos” (BRASIL, 2010, p. 5).

Sobre o mercado de trabalho, Frigotto (2001, p. 80) alerta que “na atual LDB e, em particular, nos pareceres e portarias que a regulamentam, a Educação Profissional subordina-se ao ideário do mercado e do capital e de um modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de renda, predatório.

Tratando dos ciclos nos quais há uma readequação dos modos de produção, Frigotto (2013, p. 7) destaca: [...] “a forma de apropriação privada do conhecimento humano produzido socialmente volta-se, sobretudo, contra os direitos do trabalho, dentro de relações sociais cada vez mais violentas e de superexploração e expropriação do trabalhador”.

Em contrapartida, o PCMSI menciona relativo compromisso em favor da construção de uma sociedade menos desigual e coloca o “currículo globalizado e interdisciplinar” como categoria que pode permitir o desenvolvimento de práticas educacionais variadas, nas salas de aula e nas “unidades educativas de produção”, mas o documento não esclarece como essa globalização e interdisciplinaridade do currículo serão feitas, nem quais são as unidades educativas de produção. E, na condução do Curso MSI, ações efetivas que colocassem essas categorias em ação não foram identificadas.

Em diversos pontos do documento é possível notar uma preocupação em atender, principalmente, às demandas do mercado. O processo de escolha do curso a ser ofertado inicia-se com uma audiência pública, que visa atender o setor produtivo local e regional.

O documento traz como missão do *campus* Campo Grande desenvolver um trabalho voltado para o desenvolvimento regional e melhoria do padrão de vida da população, dando ênfase à população excluída dos processos educacionais formais, colocando essa missão como

um resgate da cidadania, que no PCMSI é tomada no sentido de preparação para inserção no mercado de trabalho.

No texto do PCMSI observa-se uma preocupação em atender o “exigente mercado de trabalho” e aborda o currículo de Formação Profissional baseado na concepção de competências, habilidades e conteúdos mínimos. E coloca os profissionais numa posição estanque no mundo do trabalho, ou seja, “estes, uma vez inseridos no mundo do trabalho, passam a exercer o papel que lhes é reservado nos processos de produção.

O PCMSI, de forma muito superficial, coloca um ponto de vista além da preparação para o mercado de trabalho quando diz: [...] “a educação profissional não pode se restringir a uma compreensão linear que apenas treina o cidadão para a empregabilidade, e nem a uma visão reducionista, que objetiva simplesmente preparar o trabalhador para executar tarefas instrumentais” (BRASIL, 2010, p. 13). O objetivo do curso MSI é assim enunciado no PCMSI:

[...] formar profissionais capazes de exercer atividades profissionais com habilidades e atitudes que lhes permitam participar de forma responsável, ativa, crítica e criativa na solução de problemas na área da computação e tecnologia da informação, sendo ainda, capazes de aprender e adaptar-se às transformações do mundo do trabalho. (BRASIL, IFMS, 2010, p. 14).

E, nos objetivos específicos, traz a formação para atuar no mercado de trabalho globalizado, de forma criativa, ética, empreendedora e consciente dos impactos socioculturais, capaz de adaptar-se às rápidas mudanças sociais e tecnológicas e com capacidade do trabalho em conjunto.

Esses objetivos demonstram uma concepção neoliberal que influencia as políticas educacionais no Brasil, delegando ao educando a incumbência pela sua própria formação e reforça o individualismo e a competitividade no sentido de atender as exigências do mercado de trabalho. Mostra assim uma clara concentração da responsabilidade do sucesso do aluno, no próprio aluno: “crítico, criativo e autônomo”.

Após os objetivos específicos, o PCMSI traz os requisitos de acesso, tais como público-alvo, forma de ingresso, regime de ensino, regime de matrícula e identificação do curso. Traz também o perfil profissional de conclusão, área de atuação, organização, estrutura e matriz curricular, distribuição da carga horária, metodologia de ensino, informações sobre o estágio, a avaliação da aprendizagem, infraestrutura, o pessoal docente e o diploma.

No Decreto nº 5.840/2006, art. 1º, § 2º: “os cursos e programas do Proeja deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos”. Observando o Plano do Curso, não há clareza de como o IFMS pretende levar em conta as características do público-alvo.

Sobre o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, o documento Brasil, IFMS (2010, p. 48), prevê a possibilidade, mas não define como será feito esse aproveitamento.

Após essas constatações em relação aos documentos e a condução do curso MSI, percebe-se que não houve um planejamento para a implantação do Proeja no *campus* que incluísse a preparação de docentes e administrativos para atender esse público e ações voltadas para evitar a evasão escolar. A permanência dos alunos não foi prioridade e houve uma grande evasão. O curso iniciou com 36 alunos em 2011. Em 2012, eram 10; em 2013, quatro alunos, e, consternadamente, em 2014, o *campus* estava com somente um aluno.

Em 2013 foi criada uma comissão para definir a abertura de novos cursos e de novas turmas, e o Proeja não foi contemplado, mostrando que este programa não é prioridade no *campus*, nem para a gestão, nem para a maioria dos docentes, dando indícios da falta de compromisso com a formação de jovens e adultos, principalmente com aqueles que ficaram fora da escola e que retornam a ela na esperança de conseguir a formação e adquirir conhecimentos necessários para poderem disputar uma vaga no mundo de trabalho, com uma formação técnica e humana que os levem realmente a usufruir dos bens historicamente produzidos.

Essa situação nos leva a refletir sobre Ciavatta (2010) ao questionar sobre o significado da Rede Federal de Educação Profissional: trata-se de uma aspiração legítima da sociedade ou uma manifestação de uma necessidade ideológica que permeia a sociedade brasileira? Ou se é uma expressão do dualismo da estrutura de classes da sociedade brasileira que perpassa a educação?

Considerações finais

Este texto teve como objetivo analisar a implantação e condução do Curso Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática na modalidade Proeja no campus Campo Grande, que teve uma turma com início em 2010 e término em 2013.

Verificou-se uma dificuldade em operacionalizar o programa de forma efetiva devido a vários fatores, pois o Proeja, ao ser implementado, não dispunha de uma estrutura organizacional suficiente para atender esse público e devido à ausência de um estudo aprofundado para se definir

uma proposta político-pedagógica que realmente atendesse às necessidades dos envolvidos. O Decreto nº 5.840/06 determina a necessidade de se fazer um levantamento da demanda local e na região do entorno. (BRASIL, 2006).

Observou-se, também, que o IFMS abriu turmas do Proeja com a finalidade de cumprir com a determinação dada pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006; possivelmente, se não fosse pela exigência legal, tal programa não teria acontecido no Instituto. Identificamos alguns fatores que podem ter dificultado a implantação do programa e a condução do curso MSI, falhas que foram observadas durante o processo de implantação e que podem ser decorrentes da inexperiência por se estar fazendo pela primeira vez.

Em relação ao público a que o Programa se destina, uma das dificuldades, pode ser o fato de voltar a frequentar a escola depois de estar fora dela por algum tempo. Por isso, nas palavras de Barbosa (2010, p. 112), “não se tem a certeza que esses Jovens e Adultos que tiveram suas expectativas frustradas, sonhos interrompidos, e que já deixaram de ser estudante uma vez, não deixem novamente a escola”.

Por fim, este estudo identificou que houve uma fragilidade do Proeja no *campus* Campo Grande, o que por outro lado constitui-se a partir de então em um desafio para a implementação do programa. Entendemos que se abre possibilidade de investigações sobre o assunto como, por exemplo: quais as causas da evasão no olhar dos gestores, docentes, pessoal de apoio e dos alunos evadidos; qual a ligação entre os arranjos produtivos locais e a definição dos cursos nos *campi* do IFMS. Todas as observações apresentadas, em relação à implantação e à condução do curso MSI, são aprendizados que podem possibilitar a correção das distorções, de maneira que seja possível alcançar o êxito do Programa.

Referências

BARBOSA, Roscelino Quintão. **Uma análise sobre a implantação do Proeja**: um estudo de caso no IFET Sudeste de Minas Gerais - Campus Rio Pomba (2006-2008). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BRASIL. Documento base. **Proeja - Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007.

_____. **Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e

adultos - Proeja. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: aspectos complementares da educação de jovens e adultos e educação profissional 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Síntese dos indicadores sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos & Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. n. 23.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação n. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Senado Federal, 2007.

BRASIL. IFMS. **Plano de desenvolvimento Institucional**. Campo Grande: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, 2009.

BRASIL. IFMS. **Projeto do curso de educação profissional técnica de nível médio integrado em manutenção e suporte em informática - modalidade Proeja**. Campo Grande: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, 2010.

CAMPO GRANDE. Instituto Municipal de Planejamento Urbano - PLANURB. **Perfil socioeconômico de Campo Grande**. Mato Grosso do Sul. 20. ed. rev. Campo Grande, 2013. Disponível em: <<http://www.capital.ms.gov.br/egov/imti/perfil-pageflip/perfil-2013.html>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

CARMO, Jefferson Carriello do. Processo de industrialização no município de Campo Grande/MS e políticas de educação profissional. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS - HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9., João Pessoa, 2012. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

_____. Políticas de industrialização no estado de mato grosso do sul e de educação para o trabalho. **Quaestio: Revista de Estudos de Educação**, Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 94-117, maio 2013.

CARVALHO, Evanir Piccolo; BOHN, Hilário Inácio. As identidades designadas: um estudo dos Documentos oficiais do Proeja. **Revista EJA em debate**. IFSC. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/1486#.Usw6vbR0m0w>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

CIAVATTA, Maria. Universidades tecnológicas: horizonte dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS)? In: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Novos fetiches mercantis da pseudo-teoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio**. 2013. Disponível em: <<http://www.sinproeste.org.br/wp-content/uploads/2013/04/O-rejuvenecimento-da-teoria-do-capital-humano-no-contexto-do-capitalismo-tardio.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. **Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora**. Florianópolis: UFSC, 2001. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2001_01/04_frigotto.pdf>. Acesso em 26 jan. 2014.

HERADÃO, Tangria Rosiane. **O ensino médio integrado à educação profissional em Campo Grande-MS: uma iniciativa municipal (2003-2010)**. 2013. 121p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Evolução populacional**. 2010. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/Q7Y>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

MARASCHIN, Mariglei Severo. A política do Proeja e o projeto político pedagógico: reflexões para a prática de ensino. In: ANPED SUL, 9. 2012. **Anais...** Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3199/254>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Matrículas por etapa e modalidade de ensino**. 2012. Disponível em: <<http://www.sed.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=776&show=2121>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

MATO GROSSO DO SUL. **Histórico de Mato Grosso do Sul**. 2014. Disponível em: <<http://www.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=4298&show=3626>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

PACHECO, Elieser. **Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Fundação Santillana; Moderna, 2011.

SANTOS, Simone Valdete dos. Sete lições sobre o Proeja. In: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

TOMINAGA, Mirta Rie de Oliveira. **Ensino médio integrado: a implantação dos cursos de ensino médio integrado no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul no Município de Ponta Porã e suas relações com as novas formas de produção e trabalho da região (2007 – 2012)**. 2013. 124 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - UCDB, Campo Grande, 2013.

Vanir Garcia – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS. Campo Grande | MS | Brasil. Contato: vanir.garcia@ifms.edu.br

Jefferson Carriello do Carmo - Universidade de Sorocaba – UNISO. Sorocaba | SP | Brasil. Contato: jefferson.carmo@prof.uniso.br

Artigo recebido em: 9 mar. 2015 e
aprovado em: 6 maio 2014.